

II JORNADA HISTÓRIA DA INFÂNCIA JUVENTUDE E FAMÍLIA



José Carlos da Silva Cardozo
Jonathan Fachini da Silva
Wagner Silveira Feloniuk
Organizadores

**II Jornada História da Infância,
Juventude e Família**
Caderno de Resumos



Rio Grande

2020

© Dos autores.

2020

Arte da capa, Diagramação da capa, Formatação e diagramação:

José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva e Wagner Silveira Feloniuk.

Imagem da capa: Escola do Posto Indígena Rodolfo Miranda, 1922, disponível em:

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5550>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82c Jornada História da Infância, Juventude e Família (2 : 2020 : Rio Grande, RS)

Caderno de resumos da II Jornada História da Infância, Juventude e Família, 09 a 11 novembro de 2020 [recurso eletrônico] / organizadores José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva, Wagner Silveira Feloniuk - Rio Grande: Ed. da FURG, 2020.

52 p.

Modo de acesso: www.ppghistoria.furg.br

ISBN: 978-65-5754-031-2

1. História da infância 2. Juventude 3. Família 4. Educação
I. Cardozo, José Carlos da Silva II. Silva, Jonathan Fachini da
III. Feloniuk, Wagner Silveira IV. Título

CDU: 94

Catalogação na fonte: Bibliotecária Vanessa Dias Santiago – CRB10/1583

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos resumos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

II Jornada História da Infância, Juventude e Família

Comitê Científico

Ana Paula Korndörfer - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Bárbara Birk de Mello - Universidade Feevale (FEEVALE)

Carmem G. Burgert Schiavon - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Cláudia Gisele Masiero - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)/ Universidade Feevale (FEEVALE)

Daniel Alves Boeira - Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS-SC)

Denize Terezinha Leal Freitas - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)/Secretaria Estadual da Educação (SEDUC-RS)

Fernando Ripe - Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)

Jonathan Fachini da Silva - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)/Serviço Social da Indústria (SESI/RS)

José Carlos da Silva Cardozo - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Lisiane Ribas Cruz - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Renata Braz Gonçalves - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Rita de Cássia Grecco dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Wagner Silveira Feloniuk - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Comissão Organizadora

Adriana Kivanski de Senna - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Haila Vilar de Paiva - Bolsista de IC/EPEC - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Jonathan Fachini da Silva - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)/Serviço Social da Indústria (SESI/RS)

José Carlos da Silva Cardozo - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Júlia Silveira Matos - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Marcelo da Silva Alves - Bolsista de IC/CNPq - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Wagner Silveira Feloniuk - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Realização

Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude
da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande
do Sul (ANPUH-RS)

Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG)

Site do evento

www.jornadaijf.furg.br

Site do PPGH - FURG

www.ppghistoria.furg.br

Sumário

Abertura.....	7
Programação Geral.....	9
Mesas-Redondas – Títulos.....	10
Simpósios Temáticos – Programação.....	12
ST 01 - Infância e assistência.....	13
ST 02 - Infância e família no período colonial.....	14
ST 03 - Família e sociedade.....	15
ST 04 - Infância e Educação.....	16
ST 05 - Infância, instituições e controle.....	17
ST 06 - Infância, instituições e suas representações.....	18
Simpósios Temáticos – Resumos.....	19
ST 01 - Infância e assistência.....	19
ST 02 - Infância e família no período colonial.....	25
ST 03 - Família e sociedade.....	31
ST 04 - Infância e Educação.....	36
ST 05 - Infância, instituições e controle.....	41
ST 06 - Infância, instituições e suas representações.....	46

Abertura

O presente caderno traz os resumos das comunicações que serão apresentadas na **II Jornada História da Infância, Juventude e Família** que ocorre entre os dias 8 a 11 de novembro, de forma virtual, na Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

O Grupo de Trabalho (GT) História da Infância e da Juventude da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), foi fundado no ano de 2012 e por suas especificidades foi acrescentado o eixo família entre seus enfoques, visto o crescente interesse também nessa área de estudos nas últimas décadas. No Rio Grande do Sul, em particular, estudos sistemáticos sobre infância, juventude e família na história podem ser verificados a partir do século XXI, quando esses temas de investigação começam a fazer parte do programa de pesquisa de alguns historiadores e historiadoras.

Passados oito anos da fundação e cinco anos da realização da primeira jornada do GT, temos a

alegria de organizar esse segundo evento com participações de palestrantes internacionais e comunicadores/as de várias regiões do Brasil e da Argentina. Isso demonstra o crescente interesse nos temas propostos e o avanço das Ciências Humanas sobre os temas de estudo.

Assim, com imensa alegria desejamos que esses momentos sejam de trocas de afetos, conhecimento e, principalmente, valorização da ciência. Em um ano de uma efeméride tão importante - 30 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que possamos construir juntos uma agenda de pesquisa para o futuro.

Um bom evento para todos e todas!

Rio Grande/RS, novembro de 2020

Os organizadores e as organizadoras



Programação geral

O link para as Salas Virtuais dos STs e para as Mesas-Redondas estão disponíveis no site do evento.

Segunda-feira (09/11/2020)

14h - Simpósios Temáticos
19h15m - Abertura da II Jornada História da Infância, Juventude e Família
19h30m - Mesa-Redonda “Infância e Direitos”

Terça-feira (10/11/2020)

14h - Simpósios Temáticos
19h30m - Mesa-Redonda “Juventudes e regimes de repressão”

Quarta-Feira (11/11/2020)

14h - Simpósios Temáticos
19h30m - Mesa-Redonda “Tópicos sobre História da Família na América Latina”
21h – Encerramento

Mesas-Redondas - Títulos

Segunda-feira (09/11/2020) – 19h30m

Mesa-Redonda *Infância e Direitos*

Convenção sobre os Direitos da Criança: debates sobre a construção da "criança universal" (1978-1989)

Dra. Sílvia Maria Fávero Arend - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Direitos da criança e infância latinoamericana: uma perspectiva a partir da Galeria de crianças da América do Instituto interamericano del niño (anos 1970)

Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Terça-feira (10/11/2020) – 19h30m

Mesa-Redonda *Juventudes e regimes de repressão*

Repressão, exílio e caminhos de vida: tornando-se jovem no exílio, anos 1970-1990

Dr. Eduardo Silveira Netto Nunes - Centro Universitário Sant'Anna (UniSant'Anna)

Traços da repressão: narrativas de adolescentes na França ocupada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial

Dnda. Franciele Becher - Université Vincennes-Saint-Denis (Paris 8)

Quarta-Feira (11/11/2020) – 19h30m

Mesa-Redonda *Tópicos sobre História da Família na América Latina*

Clásico y Moderno. Pobreza estructural, desigualdad y formas familiares en América Latina y el Caribe

Dr. Ricardo Cicerchia - Universidad de Buenos Aires (UBA)

Entre mudanças e permanências: perspectivas sobre a história das famílias no Brasil

Dra. Ana Silvia Volpi Scott - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Simpósios Temáticos - Programação

Segunda-Feira, 09 de Novembro

Início às 14h

ST 01 - Infância e assistência

ST 02 - Infância e família no período colonial

Terça-Feira, 10 de Novembro

Início às 14h

ST 03 - Família e sociedade

ST 04 - Infância e Educação

Quarta-Feira, 11 de Novembro

Início às 14h

ST 05 - Infância, instituições e controle

ST 06 - Infância, instituições e suas representações

ST 01 - Infância e assistência

Segunda, 09 de Novembro

Discursos civilizatórios e práticas assistenciais na Província do Maranhão: a Casa da Roda dos Expostos (1830-1870)

Rosyane de Moraes Martins Dutra (UNIFESP)

Filhos ilegítimos e o estudo da Roda dos Expostos em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis

Jurama Bergmann Vieira (UFF)

Exposição de crianças e assistência no período de formação do Rio Grande do Sul (Séculos XVIII-XIX)

Jonathan Fachini da Silva (SESI-RS/UAB-UFPel)

O patronato agrícola Visconde de São Leopoldo e o atendimento aos menores órfãos e desvalidos (1944 – 1960)

Maurício Pereira (UNISINOS)

ST 02 - Infância e família no período colonial

Segunda, 09 de Novembro

A infância vigiada: processos de menores na Inquisição portuguesa

Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB)

A trajetória do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho (séc. XVIII) – notas introdutórias

Rogério Machado de Carvalho (UNISINOS)

“As crias da casa”: um estudo sobre as crianças presentes nos róis de confessados de Porto Alegre nos finais do século XVIII

Denize Terezinha Leal Freitas (SEDUC-RS/UNIPAMPA)

“Era hum monstro com quatro pés, e quatro mãos”: análise sobre algumas notícias impressas que divulgavam o nascimento de corpos infantis anormais (Portugal, século XVIII)

Fernando Ripe (CEIHE-UFPEL/Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

ST 03 - Família e sociedade

Terça, 10 de Novembro

Uma contribuição ao estudo das lutas sociais contra a alienação parental (2007-2010)

Jacyara Mariz de Moraes (UNICAP)

Família na Contemporaneidade: o Contexto da Infância e a Participação do Conselho Tutelar

Romulo Holanda de Oliveira Lemos (UECE)

A Família e o Serviço Social: algumas contribuições acerca da intervenção do Serviço Social no âmbito familiar

Camila Rachel Lira Silva (UFPE); Glauciene Farias Rocha (UFPE)

Viúvas e órfãos no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre - Século XIX

José Carlos da Silva Cardozo (FURG)

ST 04 - Infância e Educação

Terça, 10 de Novembro

A infância cuiabana e os Grupos Escolares (1910-1930)

Francine Suélen Assis Leite (UFMT)

Contornos de interiorização da educação na região do nordeste paulista na transição dos séculos XIX-XX – o caso de Ribeirão Preto/SP

Claudio Gonçalves da Silva Neto (USP/Liceu Albert Sabin); Rafael Cardoso de Mello (USP/CBM)

Missão metodista no interior de São Paulo: política da boa vizinhança e circulação pedagógica transnacional

Felipe Ziotti Narita (CBM); Vitor Queiroz Santos (USP)

A transformação diária do aprender e ensinar: um novo processo educativo.

Henrique Corrêa Lopes (UFN)

ST 05 - Infância, instituições e controle

Quarta, 11 de Novembro

Sob a égide do controle dos pobres: a trajetória institucional de Cândido Motta e a idealização do Instituto Disciplinar na cidade de São Paulo

Sérgio César da Fonseca (USP); William Kleyton Costa (USP)

Fujões, vadios, de rua: um percurso de leitura sobre a negação e a provocação da presença de meninas e meninos nas vias públicas

Juliana Salles de Siqueira (USP)

Eugenia e infância. Internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre/RS, década de 1930)

Lisiane Ribas Cruz (UNISINOS)

A ciência da infância: higiene, ensino e disciplina na Tese Médica de Agenor Augusto Ribeiro Guimarães (1858)

Danilo Augusto Reinol (UFSCAR); Emerson Benedito Ferreira (UFSCAR)

**ST 06 - Infância, instituições e suas
representações**

Quarta, 11 de Novembro

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente de Novo Hamburgo e a construção
pública de si através do seu perfil no Facebook**

Bárbara Birk de Mello (FEEVALE)

**Los “únicos privilegiados” de la comarca: niñeces y
prensa local en la norpatagonia argentina durante el
peronismo, 1946-1955**

Celeste De Marco (UNQ)

**Los niños lectores en la revista Caras y Caretas.
Buenos Aires, principios del siglo XX**

Viviana Vanesa De Melo (UNGS)

**Fotografia documental e a construção da visualidade
da infância das camadas populares no Brasil na
década de 1980**

Cláudia Gisele Masiero (FEEVALE)

Simpósios Temáticos - Resumos

ST 01 - Infância e assistência

Segunda, 09 de Novembro

Discursos civilizatórios e práticas assistenciais na Província do Maranhão: a Casa da Roda dos Expostos (1830-1870)

Rosyane de Moraes Martins Dutra (UNIFESP)

Resumo: A investigação pretende analisar os discursos de assistência e proteção da infância no Maranhão, no início do século XIX, onde o fenômeno do abandono de bebês se intensificava. São Luís se embelezava com suntuosas construções após a Independência do Brasil, devido ao desejo de representar o luxo europeu na capital da Província colonizada por franceses. Contudo, os conflitos no campo, a escravidão, a moral religiosa e o patriarcado trouxeram consequências como o infanticídio derivado da exposição dos corpos das crianças nas ruas da cidade, nas portas das casas e nas instituições de caridade. A partir da análise dos discursos presentes em jornais e documentos como ofícios, leis e relatórios, a

pesquisa objetiva identificar no sistema de Roda dos Expostos, implementado em instituições de caridade como a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, os dispositivos disciplinares para as crianças abandonadas. A Roda, colocada nos muros dessas instituições, funcionava como uma estratégia do poder local para recolhimento das crianças expostas, e que incomodavam a *nobre* sociedade provinciana (MARCILIO, 1998). Com os resultados dessa análise, busca-se compreender os discursos como *monumentos* (FOUCAULT, 1996), que contribuíram com a proposta de governo das crianças abandonadas na Roda, e que revelaram iniciativas não só para higienizar a cidade, mas para moralizar a infância maranhense.

Filhos ilegítimos e o estudo da Roda dos Expostos em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis

Jurama Bergmann Vieira (UFF)

Resumo: Durante o Brasil Colonial e Imperial qualquer criança nascida fora do casamento sacramentado pela Igreja Católica era considerada ilegítima. Essas crianças, que encontravam diversas restrições jurídicas, tiveram destinos variados. Algumas foram abandonadas em

diversos cantos da cidade, outras foram deixadas na Roda dos Expostos. O texto a seguir faz parte de uma pesquisa em andamento que tem os filhos ilegítimos como foco central, e neste fragmento do trabalho, vamos refletir sobre as crianças expostas. Embora essa temática ganhe destaque nos estudos regionais tendo, principalmente, a História Comparada e Conectada como base, queremos compreender a realidade brasileira dessas crianças. Ainda que esse texto não esteja finalizado, pretendemos esboçar e refletir sobre a atuação das Rodas dos Expostos em todo o território brasileiro, rompendo regionalismos.

Exposição de crianças e assistência no período de formação do Rio Grande do Sul (Séculos XVIII-XIX)

Jonathan Fachini da Silva (SESI-RS/UAB-UFPel)

Resumo: No universo do Império português do período moderno a exposição de crianças foi um fenômeno comum, tolerado e amplamente aceito, inclusive nos territórios coloniais. Não por menos que junto ao processo de colonização dos novos territórios era implementada a política de assistência às crianças enjeitadas através de alvarás régios que forçavam as

Câmaras municipais, em última instância, as principais responsáveis por promover essa assistência. A presente comunicação, nesse sentido, aborda como se deu a administração da exposição de crianças por parte da Câmara ultramarina do Continente do Rio Grande de São Pedro no extremo sul da América Portuguesa entre os séculos XVIII e primeiras décadas do século XIX. O aporte teórico-metodológico consiste no cruzamento nominativo de fontes, dados provindos tanto da documentação eclesiástica quanto da documentação camararia. Nossos resultados apontam que apesar das Câmaras prestarem a assistência aos expostos havia resistências e procurou-se exercer certo controle àqueles/as que cuidavam essas crianças.

O patronato agrícola Visconde de São Leopoldo e o atendimento aos menores órfãos e desvalidos (1944 – 1960)

Maurício Pereira (UNISINOS)

Resumo: Este trabalho é decorrente do projeto de dissertação de Mestrado em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e tem como principal objetivo realizar uma análise sobre a atuação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo como

uma instituição do século XX destinada ao atendimento de menores órfãos e desvalidos. Esse estabelecimento iniciou suas atividades em 1944 na cidade de São Leopoldo/RS, funcionando como um Patronato Agrícola e, posteriormente, como um Aprendizado Agrícola, recebendo menores de diversas localidades e proporcionando um trabalho de assistência e formação agrícola. Para sua realização, esta pesquisa fará uso de fontes documentais localizadas no arquivo da própria instituição, que incluem ofícios, relatórios sociais, boletins escolares, fichas individuais, o Livro de Matrícula Escolar e demais arquivos. Esses documentos serão utilizados por permitirem o acesso a informações sobre os menores que foram enviados à instituição (de onde eram provenientes, seus contextos de vida e informações médicas sobre suas condições físicas e mentais), casos que proporcionam importantes debates e discussões, disciplinas que eram lecionadas e demais informações que possam ser obtidas com a análise desse conjunto documental. Neste estudo, pretende-se analisar o trabalho que a instituição desenvolveu com esses menores, conhecer o perfil dos alunos que eram internados no local e identificar as políticas e ideias do

século XX que orientavam o funcionamento desses patronatos, partindo do foco de análise dessa instituição de ensino específica, evidenciando de que maneira ela foi influenciada por esses projetos e ideias vigentes.

ST 02 - **Infância e família no período colonial**

Segunda, 09 de Novembro

A infância vigiada: processos de menores na Inquisição portuguesa

Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB)

Resumo: Através da Bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536, se deu o estabelecimento da Inquisição em Portugal. No que concerne ao tema que desenvolvemos nesta comunicação, o Regimento de 1640, em seu Livro III, título 1, item 12, trazia uma alteração em relação aos anteriores: meninos menores de dez anos e meio e meninas menores de nove anos e meio de idade não deveriam abjurar. Estabelecia, porém, que a gravidade do crime tornaria sem efeito a questão da idade, e assim, a partir das idades acima mencionadas, até a de discricção, e conforme o delito, abjurariam na mesa da Inquisição. O estudo da história da família e da infância há muito se revelou um campo extremamente fértil para o entendimento das sociedades passadas. Em grande parte, somos devedores do pioneirismo de Philippe Ariès, com seu trabalho clássico *História Social da Criança e da Família*, isso ainda na década de 1960, como já tivemos

oportunidade de referir no início deste texto (ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 1981). Os *menores* foram alvos prediletos do Tribunal da Inquisição portuguesa, pois era fácil, por meio deles, chegar aos “crimes” dos adultos. Esse fato é nítido nos processos movidos contra centenas de meninas e meninas, que foram parar nos insalubres cárceres inquisitoriais por causa dos mais variados delitos.

A trajetória do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho (séc. XVIII) – notas introdutórias

Rogério Machado de Carvalho (UNISINOS)

Resumo: Nomeado como primeiro cirurgião do Presídio Jesus Maria José, no Continente de São Pedro, Sebastião Gomes de Carvalho tem sua trajetória marcada por uma ascensão social que não resultou de seu envolvimento nas artes de curar, mas de sua atuação como vereador e comerciante de couro. Nosso objetivo, nesse trabalho, é compartilhar nossas primeiras reflexões sobre as diversas estratégias utilizadas por Sebastião Gomes de Carvalho para fazer parte da elite colonial. A partir de uma metodologia alicerçada na micro-história, abordaremos tanto suas estratégias matrimoniais, quanto sua atuação

no comércio de couros, as quais permitiram sua ascensão social e financeira e sua atuação como vereador. Para isso, usaremos a documentação que compõe os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1977), bem como a bibliografia de referência sobre a temática, dentre os quais destacamos João Borges Fortes (1980; 1998 e 2001), Maria Luiza B. Queiroz (1987), Rachel dos Santos Marques (2011) e Martha Daisson Hameister (2006). Já Maíra Inês Vendrame (2016), Alexandre Karsburg (2016) e Giovanni Levi (2016), nos conduzem pelos meandros da metodologia utilizada.

“As crias da casa”: um estudo sobre as crianças presentes nos róis de confessados de Porto Alegre nos finais do século XVIII

Denize Terezinha Leal Freitas (SEDUC-RS/UNIPAMPA)

Resumo: O presente estudo busca trazer algumas reflexões a respeito das crianças que encontramos listadas nos Róis de Confessados da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Vale salientar que estes sujeitos correspondem a um estrato social que não corresponde aos filhos/as dos proprietários e nem estão dentro da esfera da escravidão. São crianças que aparecem sem

uma caracterização sobre o seu vínculo familiar, condição jurídica, grau de parentesco e/ou demais vínculos de trabalho ou permanência no fogo arrolado no documento. Para realizar esta tarefa temos como fontes principais fontes os Róis da Madre de Deus correspondentes ao período do final do século XVIII. Como aporte teórico metodológico nos valeremos da análise quantitativa a partir da Demografia Histórica e da História Social. De modo geral, podemos inferir algumas hipóteses que nos remetem as possíveis origens destas denominadas “crias da casa” e que indicam quão dinâmica e plural eram as relações e os vínculos familiares desta sociedade.

**“Era hum monstro com quatro pés, e quatro mãos”:
análise sobre algumas notícias impressas que
divulgavam o nascimento de corpos infantis anormais
(Portugal, século XVIII)**

Fernando Ripe (CEIHE-UFPEL/Prefeitura Municipal de
Porto Alegre)

A construção discursiva da figura do anormal, passou necessariamente pela imagem do monstro. A ideia de corpos com anomalias associados à figura do monstro vigorou na Europa da Baixa Idade Média até o século XVIII, com o principal intuito de revelar socialmente a

existência de uma transgressão da ordem, dos limites, e, portanto, um misto de espécies ou uma mistura de sexos. Não foram poucos os enunciados possíveis de serem constatados nos impressos que pretendiam compreender as condições físicas e mentais e as condutas sociais daqueles que hoje são frequentemente enquadrados e denominados por doentes mentais ou deficientes físicos. Em Portugal, é possível identificar um conjunto de impressos do século XVIII que se interessaram, de algum modo, a divulgar alguns desvios da infância. Partos complexos e o nascimento de seres monstros, por exemplo, eram, na grande maioria dos textos, citados como evidência de algum tipo de desregramento moral. Nesse sentido, a presente comunicação tem por objetivo identificar e analisar uma série de notícias impressas que circularam durante o setecentos, que reproduzia casos de nascimento de seres monstruosos que chegavam, por vezes a se aproximar do absurdo e da incredibilidade. Tratados como casos especiais e extraordinários, a divulgação desses raros nascimentos, despertavam grande curiosidade, de modo que o surgimento de figuras monstruosas foi comumente associado ao campo do sobrenatural ou às práticas profanas. Até o momento,

conclui-se que durante os séculos XVII e XVIII prevaleceu uma rede discursiva religiosa, literária e médica, que acionava enunciados sobre sujeitos anormais, notadamente recém nascidas, condicionando-as a um universo miraculoso.

ST 03 - Família e sociedade

Terça, 10 de Novembro

Uma contribuição ao estudo das lutas sociais contra a alienação parental (2007-2010)

Jacyara Mariz de Moraes (UNICAP)

Resumo: Este artigo tem como objetivo destacar a importância das lutas sociais que atuaram para garantir os direitos das crianças e adolescentes, no tocante ao combate da alienação parental. Partimos da concepção de Thompson sobre a *consciência de classe*, fator que uniu os indivíduos nestas lutas pelo fato de partilharem vivências em comuns. Neste estudo, os grupos sociais mobilizados tinham em comum o fato de serem pais ou mães separadas, de caráter litigioso, onde um dos genitores inconformados com a separação utilizava a criança com o intuito de atingir o parceiro. Isso acontece quando o genitor (alienante), que detém a guarda dos filhos, começa a tecer comentários negativos para o filho a respeito da imagem do outro genitor (alienado), causando o que se entende por “alienação parental”. Este fator resulta em uma violência psicológica, que é danosa tanto para o parceiro que não detém a guarda quanto para

a criança ou adolescente. Esta situação levou à formação de grupos, cujos sujeitos envolvidos se uniram para defenderem seus direitos. Temos como exemplo os grupos: I) ONG Pais por Justiça e II) Associação Brasileira Criança Feliz. A atuação intensa desses grupos na sociedade, fez com que eles se tornassem movimentos sociais a partir do momento que conseguiram sensibilizar a Sociedade, o Estado e o Parlamento para a criação de um dispositivo jurídico de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, através da criação de uma lei. E em 26 de agosto de 2010 é promulgada a lei 12.318, lei de combate à alienação parental. Passando assim, as crianças a terem uma garantia legal para o bom relacionamento com seus pais após uma separação conjugal litigiosa.

Família na Contemporaneidade: o Contexto da Infância e a Participação do Conselho Tutelar

Romulo Holanda de Oliveira Lemos (UECE)

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar um contexto de construção comum e de um espaço de interlocução entre as famílias e os conselheiros tutelares, afim de contribuir com conhecimentos e no desenvolvimento das competências na abordagem à

família. A família é vista como um elo integrador das ações e foco em diversos programas sociais no Brasil e no mundo. A atuação do Conselho Tutelar na garantia de direitos fundamentais não terá efetividade se este não puder atuar no fortalecimento das famílias, sobretudo das famílias vulneráveis, carentes de instrução, de informações e de acesso de bens e serviços. É neste contexto, que se insere o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, como órgão autônomo, não jurisdicional, criado pela sociedade para zelar pelos direitos dos seus usuários, sempre que estes direitos estiverem sendo ameaçados ou violados. O relacionamento entre conselheiro e a família é o motor das vivências e dos diálogos que podem levar à espontaneidade e a criatividade na organização das dificuldades e possibilidades para solução dos problemas.

A Família e o Serviço Social: algumas contribuições acerca da intervenção do Serviço Social no âmbito familiar

Camila Rachel Lira Silva (UFPE); Glauciene Farias Rocha (UFPE)

Resumo: O presente artigo trata de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é fomentar o debate sobre intervenções com famílias no atual contexto brasileiro. Para tanto, será exposto o conceito de família ao longo da história e como ela se configura na atualidade. Será abordada ainda a relação da família com a política social brasileira, e por fim, como têm sido realizadas as intervenções dos assistentes sociais com as famílias nos diversos serviços. Com base nessa explanação serão apresentadas algumas alternativas de intervenção, visando o atendimento das necessidades das famílias, corroborando assim, para a efetiva garantia de direitos.

Viúvas e órfãos no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre - Século XIX

José Carlos da Silva Cardozo (FURG)

Resumo: A presente comunicação, à luz da História Social, objetivou problematizar a relação entre as viúvas e a Justiça, em especial, aquelas que recorreram ao Juízo

dos Órfãos de Porto Alegre com a finalidade de pleitear a tutela de seus próprios filhos ou netos; para realizar a análise, foram investigados 952 processos de tutela transcorridos na cidade de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, selecionado o conjunto restrito de ações envolvendo mulheres viúvas e desse extraídos algumas ações que são representativas para desvelar que as viúvas, mesmo sendo mães, tinham que passar por um longo processo de averiguação judicial referente as suas qualidades morais e sexuais.

ST 04 - **Infância e Educação**

Terça, 10 de Novembro

A infância cuiabana e os Grupos Escolares (1910-1930)

Francine Suélen Assis Leite (UFMT)

Resumo: O presente artigo busca analisar como se deu o processo de escolarização da infância nos grupos escolares em Cuiabá. Destacar a infância e a escolarização cuiabana é dar destaque para o processo de ensino e a institucionalização das instituições escolares em Mato Grosso. A infância cuiabana vivia a simplicidade do interior e a intensidade do cotidiano agitado da capital em desenvolvimento, brincar nas calçadas, correr livre pelas ruas, era uma das maiores riquezas que poderiam ter. Os Grupos Escolares foram institucionalizados em Mato Grosso por meio da Resolução nº 508, de 16 de outubro de 1908, porém, apenas em 1910, esta modalidade de ensino foi implantada, em Cuiabá os grupos escolares foram responsáveis pela escolarização de grande parte da população infantil, sua organização era graduada, o curso durava 4 anos, esta modalidade funcionava se houvesse 8

classes e 250 crianças em idade escolar. Os grupos escolares foram fundamentais na alfabetização de muitas crianças. A escolarização dessas crianças se deu em um espaço em que os valores morais e cívicos eram reforçados a todo momento, disciplina, respeito e patriotismo eram os instrumentos principais na formação do cidadão útil a pátria, como almejava o governo.

Contornos de interiorização da educação na região do nordeste paulista na transição dos séculos XIX-XX – o caso de Ribeirão Preto/SP

Claudio Gonçalves da Silva Neto (USP/Liceu Albert Sabin); Rafael Cardoso de Mello (USP/CBM)

Resumo: O objetivo deste trabalho é compartilhar algumas considerações produzidas pelos integrantes do LEPINJE/USP (Laboratório de estudos e pesquisas sobre a infância e juventude) sobre a interiorização da educação no atual território paulista, em especial, na cidade de Ribeirão Preto, na transição dos séculos XIX-XX. Os autores pretendem abordar os processos de educação (NARITA, 2016) tanto no seu sentido institucional, de contornos escolares, como em outras formas mais complexas manifestadas na civilização dos corpos, nos códigos de postura urbano, nas definições de

“normalidade”, cidadania, moral, etc. A definição do referencial teórico desta abordagem parte das contribuições de Wallerstein (1979) e Mombeig (1984), respectivamente as noções de sistema-mundo e frente pioneira, fundamentais em nossa leitura sobre a interiorização; Elias (1993; 1994), Fonseca (2010) e Narita (2016) foram amplamente utilizados para contornos dos “processos de educação”, conceito igualmente importante por se tratar de uma leitura da educação como além-institucional. Do ponto de vista documental, salientamos a presença de um vasto e complexo conjunto de fontes primárias (plantas urbanas, códigos de postura, processos-crime, periódicos, fotografias, entre outras) que nos permite realizar tal empreita, uma vez que a escola pública pretende ser interpretada tanto na sua lógica interna (códigos, rituais, cultura escolar) como extramuros (a que realidade a escola se impõe?). Os autores compartilham resultados de pesquisas anteriores do grupo selecionado e trazem parte das considerações das investigações em andamento. Apesar de não estarem fechadas, já é possível de certa forma (inicial e indiciária) destacar o movimento de interiorização do capital (cafeeiro) e da inserção dos

grupos escolares no interior paulista como excludente, mesmo na percepção da inclusão proposta pelo *ethos* escolar e pelos desejos de uma Re(s)pública recém-chegada no contexto de transição dos séculos XIX-XX.

Missão metodista no interior de São Paulo: política da boa vizinhança e circulação pedagógica transnacional

Felipe Ziotti Narita (CBM); Vitor Queiroz Santos (USP)

Resumo: A pesquisa analisa a interiorização de projetos missionários e educacionais metodistas (norte-americanos) no interior paulista, nos anos 1920 e 1940, a partir da trajetória de Dina Rizzi, egressa das primeiras escolas metodistas no Brasil e com formação superior em instituições norte-americanas. Baseado em jornais e comunicados da organização missionária metodista, o texto enfatiza a formação de redes transnacionais, dinamizadas por atores da sociedade civil em articulação com instituições estatais, constituindo forças de circulação sociocultural de repertórios educacionais no período. A proatividade educacional do campo missionário, então, é investigada à luz da “política da boa vizinhança” dos Estados Unidos no continente, oferecendo indícios da aproximação entre os países não

apenas por meio de acordos políticos interestaduais, mas por meio da circulação sociocultural subsidiada pelo campo educacional.

A transformação diária do aprender e ensinar: um novo processo educativo

Henrique Corrêa Lopes (UFN)

Resumo: O presente artigo visa buscar algumas das dificuldades pedagógicas no contexto educacional brasileiro. A educação inicial no lar, juntamente com a base familiar e sua continuação no ambiente escolar. O crescimento da crítica sobre os programas de formação docente com a finalidade de analisar as consequências da deficiência das práticas pedagógicas de ensino para a formação humana, tanto por parte do professor que é encarregado da formação e indicação das práticas estabelecidas na área educacional e sociopedagógica, bem como o aluno implicado na inserção de ativo na sociedade. Sendo transformado futuramente em um novo componente do disputado mercado de trabalho, cada vez mais voltado para profissionais capacitados e formados para suprir as necessidades mais exigentes, independente da área de atuação e formação.

ST 05 - **Infância, instituições e controle**

Quarta, 11 de Novembro

Sob a égide do controle dos pobres: a trajetória institucional de Cândido Motta e a idealização do Instituto Disciplinar na cidade de São Paulo

Sérgio César da Fonseca (USP); William Kleyton Costa (USP)

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a trajetória do jurista, professor e político paulista, Cândido Nazianzeno Nogueira da Motta, para tanto ressaltando aspectos de seu discurso e de sua trajetória política e institucional em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. O espaço e a baliza temporal que delimitam a presente análise priorizam a cidade de São Paulo na transição do Império para a República, época e cenário de grandes modificações estruturais e intensas disputas sociais, sobretudo, em razão da imigração, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e do crescimento urbano. Justificamos a necessidade deste artigo, bem como a pesquisa que o sustenta em razão da exiguidade de trabalhos que coloquem em primeiro plano as pretensões de Cândido Motta como elaborador de projetos institucionais, de procedimentos e de

articulações para a edificação das bases de aparatos institucionais capazes de operar o controle de uma população em franco processo induzido de mudança socioeconômica logo no início da República. Para tanto, priorizamos analisar dois produtos da trajetória de Cândido Motta: seus escritos e suas posições em diferentes instâncias no aparelho de estado. Desse modo, destacamos seu engajamento em diversas posições na República, seja como parlamentar, delegado de polícia, professor, diretor do Instituto Disciplinar, bem como seus escritos que, em nosso entendimento, contribuíram na produção legiferante e na elaboração de desenhos institucionais dirigidos ao controle social de menores e ao governo de populações empobrecidas.

Fujões, vadios, de rua: um percurso de leitura sobre a negação e a provocação da presença de meninas e meninos nas vias públicas

Juliana Salles de Siqueira (USP)

Resumo: Esta comunicação visa tratar do tema das “crianças no espaço urbano” recuperando a produção acadêmica brasileira que impulsiona a pensar o brincar a céu aberto e a presença de meninas e meninos em diferentes cidades, sobretudo no sudeste do Brasil.

Traçar um panorama das investigações que contribuíram para refletir sobre a relação de crianças (em suas singularidades e marcadores de diferença constituintes) com as cidades (especialmente as que passaram por maior urbanização e funcionalização de seus espaços), remete-nos a alguns textos formadores importantes, produzidos principalmente a partir do final dos anos 1980. Embora estudos recentes tenham discutido sobre a presença e apropriação das cidades por meninas e meninos, nos detemos em retomar o percurso de leituras compositório da pesquisa de doutoramento desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo ora intitulada “Existir criança e brincar na cidade: sobrevivência nas imagens e apagamento do gesto na contextura urbana”, numa perspectiva interdisciplinar. Ao frequentar essas produções (a exemplo de Leite, 1991, 1998; Milito & Silva, 1994; Greive Veiga & Faria Filho, 1999; Santos, 2000; Gregori, 2000), dando relevo aos contributos da sociologia da infância, nosso objetivo é apontar, a partir destes estudos, para os modos como a sociedade brasileira teria se constituído historicamente na recusa do gesto do brincar nas vias públicas, classificando-o, sobretudo a partir da primeira República,

como “vadiagem”. Por fim, lançamos uma pergunta no sentido de pensar a percepção de práticas brincantes e de sua força imaginal em um presente histórico marcado pelo adultocentrismo.

Eugenia e infância. Internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre/RS, década de 1930)

Lisiane Ribas Cruz (UNISINOS)

Resumo: A presente pesquisa busca analisar de forma breve, ideias defendidas na área da medicina e educação que poderiam influenciar a internação de crianças e jovens em hospitais psiquiátricos, principalmente no Hospital São Pedro na década de 1930 localizado em Porto Alegre/RS. Neste sentido, uma das questões que orientam nossa investigação é a seguinte: podemos afirmar que o entendimento da psiquiatria, no período, com relação aos alienados servia para retirar de circulação as crianças e jovens que não demonstravam comportamento entendido como adequado.

A ciência da infância: higiene, ensino e disciplina na Tese Médica de Agenor Augusto Ribeiro Guimarães (1858)

Danilo Augusto Reinol (UFSCAR); Emerson Benedito Ferreira (UFSCAR)

Resumo: Por meio de uma metodologia arqueogenealógica, a proposta deste trabalho consiste em discutir o contexto e o sentido do termo “infância” que, com maior destaque, somente passou a fazer parte das narrativas das ciências médicas a partir de meados do século XIX. Para esta verificação, o principal material utilizado foi a Tese Médica de Agenor Augusto Ribeiro Guimarães datada do ano de 1958. Concluímos que o trabalho de Guimarães contribuiu para alicerçar uma nova ideia de infância e de criança que já, em anos anteriores, buscava espaço no campo acadêmico da medicina higienista.

ST 06 - Infância, instituições e suas representações

Quarta, 11 de Novembro

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Hamburgo e a construção pública de si através do seu perfil no Facebook

Bárbara Birk de Mello (FEEVALE)

Resumo: A legislação brasileira no que tange os direitos das crianças e adolescentes é considerada uma das mais completas do mundo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado em 13 de julho de 1990 e trouxe a municipalização do atendimento à infância e à adolescência com a deliberação para a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselhos Tutelares em todos os municípios do país. Nesse contexto, o presente estudo tem como objeto de pesquisa o CMDCA de Novo Hamburgo (RS), que iniciou suas atividades em 1991. Nas últimas décadas, a internet se tornou cada vez mais presente e hoje aponta-se para uma hibridização entre o meio virtual e a atuação social, que é impulsionada pela atual pandemia de COVID-19. Devido a isso, o presente estudo tem como problemática: como o CMDCA de

Novo Hamburgo faz a construção pública de si no Facebook? Para tanto, tem-se como metodologia a prática etnográfica em redes sociais, onde serão analisados os anos de 2019 e 2020 do perfil desta instituição. Tem-se como objetivos pontuar as concepções de infância e adolescência e a construção de seus direitos, inscrever o processo de redemocratização brasileiro e promulgação do ECA, abordar, brevemente, a cidade de Novo Hamburgo e a criação do CMDCA deste município e fazer uma análise etnográfica de redes sociais do Facebook desta instituição nos anos de 2019 e 2020.

Los “únicos privilegiados” de la comarca: niñeces y prensa local en la norpatagonia argentina durante el peronismo, 1946-1955

Celeste De Marco (UNQ)

Resumen: En esta ponencia se parte del interés por focalizar sobre las representaciones y circunstancias que rodeaban a ciertas vidas infantiles en espacios alejados de la vida capitalina y de las grandes concentraciones urbanas, desde una perspectiva histórica descentrada. En esta oportunidad se centra la atención en el escenario de Viedma-Carmen de Patagones (capital de la provincia de

Río Negro y ciudad cabecera del partido de Patagones en Buenos Aires, respectivamente) en la norpatagonia argentina, un espacio definido en términos de comarca por sus características compartidas. En ese contexto se propone analizar cómo aparecieron representadas las niñeces en *La Nueva Era*, un destacado y duradero periódico local norpatagónico en tiempos peronistas (1946-1955), cuando el lema de los niños como los “únicos privilegiados” tenía plena vigencia. El análisis permite comprender que la atención se estructuraban con un centro y varios bordes que organizaban sentidos sobre las vidas infantiles de la comarca -y más allá también-, modélicas o marginales.

Los niños lectores en la revista *Caras y Caretas*. Buenos Aires, principios del siglo XX

Viviana Vanesa De Melo (UNGS)

Resumen: En esta ponencia propongo explorar la conformación del público infantil como un tipo específico de lector a través del análisis de las publicaciones difundidas por la revista semanal *Caras y Caretas* durante las primeras décadas del siglo XX. Lo haré a partir de la recuperación y el análisis de los contenidos que ese reconocido magazine ilustrado dirigió

a los niños lectores, quienes, si bien no constituyeron el público principal de la revista, comenzaron a ser interpelados por ésta a través de la incorporación de una sección específica denominada, precisamente, “Páginas infantiles”, la cual incluía fotografías e historietas destinadas a los niños.

Fotografia documental e a construção da visualidade da infância das camadas populares no Brasil na década de 1980

Cláudia Gisele Masiero (FEEVALE)

Resumo: Este estudo busca compreender e analisar o processo de construção da visualidade da infância das camadas populares na década de 1980, no Brasil. Nesse sentido, são analisados dois fotolivros do período: “A Questão do Menor” (1980), de Nair Benedicto, Juca Martins e Wagner Avancini e a “Antologia Fotográfica” (1989) de Walter Firmo. A referência para análise das obras é Ulpiano de Meneses (2005). As fotografias contidas na primeira obra retratam crianças dentro de unidades da FEBEM e da Clínica de Congonhas (para deficientes mentais) e se propõe a documentar, promover um debate e a transformar a realidade apresentada. São fotografias impactantes e que transparecem o

envolvimento dos autores com os temas retratados. As fotografias de Walter Firmo, em contraponto, dão a ver as crianças inseridas em diferentes culturas regionais e em momentos lúdicos, com ênfase à visualidade das crianças negras. O uso da fotografia colorida extrapola o preto e branco do fotodocumentarismo sem deixar de ser documentária, indicando uma opção estética autoral na produção das imagens. O conjunto das fotografias em questão corroboram para o debate sobre às questões relacionadas à infância no país, parte de um movimento mais amplo, cujos esforços culminam na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA).

10 ANOS
PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA
FURG